

ACORDO ADIA CPI DOS BINGOS

Presidente do Senado anuncia nomes de integrantes da comissão parlamentar de inquérito

"A sociedade deseja que tudo, absolutamente tudo, seja esclarecido, e é nossa responsabilidade colaborar para isso", afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao anunciar os nomes dos integrantes da CPI dos Bingos, atendendo a decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas a CPI dos Bingos, assim como a das Privatizações, não será instalada de imediato, conforme deliberação do colégio de líderes, comunicada pelo senador Aloizio Mercadante. Ele saudou a "postura madura" da oposição.



PISTAS Delcídio (E) conversa com os depoentes Antônio Velasco e Arthur Wascheck e afirma que informações recolhidas ajudam as investigações

Plenário debate acusações à oposição

Contradições marcam depoimentos de empresários

Ao depor na CPI dos Correios, o empresário Arthur Wascheck Neto confirmou ter mandado gravar a fita em que Maurício Marinho, ex-chefe de departamento

da estatal, aparece embolsando R\$ 3 mil, mas negou qualquer motivação política. A intenção, segundo ele, era denunciar o esquema de favorecimento nos Cor-

reios, que prejudicaria sua empresa, a Coman. Outro depoente, Antônio Velasco, sócio de Wascheck, disse desconhecer a encomenda da gravação, mas deu

pistas importantes para a CPI, como uma retirada e um empréstimo feitos por Wascheck na empresa em favor de dois envolvidos no episódio.

Páginas 3 a 6

Relator pode mudar a PEC Paralela

O senador Rodolpho Tourinho vai apresentar na quarta-feira à Comissão de Justiça do Senado seu parecer sobre a PEC Paralela. Ele se mostrou sensibilizado com o apelo de 20 governadores contra uma modificação na proposta, feita pela Câmara, que poderia colocar em risco as finanças dos estados.



DESARMAMENTO Werthein (E) conversa com Renan sobre a campanha contra armas de fogo

Unesco lançará no Senado estudo sobre armas

O representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Jorge Werthein, anunciou ontem a decisão de lançar no Senado um livro com dados recentes sobre as mortes provocadas pelas armas de fogo no mundo. A publicação, segundo ele, mostrará a necessidade concreta de o Brasil dizer não à comercialização de armas de fogo e sim ao desarmamento.

Página 8

Página 7



REIVINDICAÇÕES Segundo Jonas Pinheiro, manifestação reunirá 25 mil em Brasília na próxima semana

Jonas Pinheiro anuncia protesto de agricultores

Em discurso ontem no Plenário, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que na próxima semana 25 mil produtores rurais de todo o país farão manifestação em Brasília por melhores condições de financiamento para o setor. Os agricultores reivindicam o rescalonamento das dívidas.

– A nação assiste à paralisia quase total da agricultura brasileira porque a safra deste ano caiu em 18 milhões de toneladas de grãos – declarou.

Jonas Pinheiro disse ainda que “a maior praga” que ataca a agricultura brasileira neste momento é o desequilíbrio entre o custo de produção e os preços de mercado. Ele registrou que, no Rio Grande do Sul, a seca provocou uma queda de 70% na produção e anunciou que, no IV Congresso de Agrobusiness, que se realiza em São Paulo, irá pedir ajuda de produtores e de outras empresas para os agricultores. O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que receberá na próxima semana uma delegação com lenços brancos e vermelhos que simbolizam um pedido à bancada gaúcha de unidade em relação ao atendimento das reivindicações dos agricultores.

Suplicy quer debater taxa de juros com diretoria do BC

Segundo o senador, Meirelles e demais diretores irão explicar critérios utilizados para definir a Selic

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem a certeza de que o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, e todos os seus diretores irão comparecer em agosto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para explicar os critérios utilizados pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na definição mensal da taxa de juros básica Selic.

Depois de informar que a



FAVORÁVEL Suplicy informa que o próprio ministro Palocci apoiou os depoimentos, marcados para agosto

CAE já aprovou requerimento de sua autoria nesse sentido, Suplicy disse que o próprio ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mostrou-se favorável ao pedido.

Suplicy também defendeu uma ampla divulgação das reuniões do Copom após 48 horas da realização do encontro, como forma de a opinião pública conhecer detalhes desse trabalho.

Fome Zero

O senador também relatou ao Plenário as principais conclusões do Seminário Internacional sobre Políticas contra a Fome, realizado na semana passada em Berlim, Alemanha. Suplicy, que representou o Senado no encontro, disse que os participantes aplaudiram o programa Fome Zero e a decisão do governo brasileiro de instituir a chamada Renda Básica de Cidadania.



REPASSE Ana Júlia Carepa destaca que obras poderiam beneficiar 12 municípios do estado

Ana Júlia pede verba para conter desmatamento

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) cobrou ontem o repasse de verbas, pelo governo paraense, para a conclusão de projeto de consolidação da agricultura familiar e contenção do desmatamento na região oeste do estado. Acordo assinado há dois anos, no valor de R\$ 18 milhões, previa o repasse de verbas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a contrapartida da Secretaria de Educação do estado, que, de acordo com Ana Júlia, até agora não repassou nenhum centavo para a conclusão das obras que irão beneficiar 12 municípios.

Agenda

Plenário

A sessão de hoje está marcada para as 9h. De caráter não deliberativo, ela é destinada aos debates dos parlamentares e aos

comunicados da Mesa diretora e das lideranças partidárias, além da leitura de requerimentos e de projetos.

Os primeiros oradores inscritos para discursar são os senadores José Jorge (PFL-PE) e Mão Santa (PMDB-PI).

CPI em reunião de trabalho

Na manhã de hoje, a Mesa diretora da CPI Mista dos Correios deve realizar reunião administrativa com a secretaria da CPI e com a comissão técnica que assessora os parlamentares. O encontro

vai definir o cronograma dos depoimentos para a próxima semana, quando devem ser ouvidos ex-diretores dos Correios e o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).



Conversa de Música

Às 21h30 de hoje, a TV Senado apresenta o *Conversa de Música*. Nesta edição, o programa traz o músico Eduardo Tonietto, que apresenta uma suíte para violoncelo de Bach, que está entre as peças mais importantes do repertório para instrumento.

Cruz e Sousa, no rádio

No domingo, às 9h, a Rádio Senado apresenta o programa *Autores e Livros*. A atração divulga um texto do poeta Cruz e Sousa sobre a Noite de São João, que revela a pouco conhecida e singela faceta do artista precursor do simbolismo na literatura.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



OBSTÁCULOS Pavan afirma que a seca e o excedente do produto no mercado interno dificultam trabalho

Pavan cobra auxílio para produtor de arroz

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) voltou a pedir ontem ao governo providências imediatas para a situação em que se encontram os produtores de arroz de todo o país, principalmente os de Santa Catarina, por causa da seca e o excedente do produto no mercado interno.

– O governo prometeu comprar o arroz, mas com um preço muito abaixo do mercado, R\$ 9 a saca, sem negociação. Isso é uma afronta aos agricultores, que confiaram nas palavras do então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva – disse o senador.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Azeredo quer manter cláusula de barreira

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou ontem a aprovação, no dia anterior, de pontos da reforma política, na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara. Ele lamentou, no entanto, a não inclusão de itens importantes aprovados anteriormente no Senado. O parlamentar, que é presidente do PSDB, disse que seu partido vai defender, na Casa, a manutenção da chamada cláusula de desempenho ou de barreira.

– No caso específico da cláusula de desempenho, a posição do PSDB é de manter o que já consta na Lei Eleitoral, ou seja: o índice de 5% de votos para deputado federal em todo o Brasil e de, no mínimo, 2% em pelo menos nove estados.

O texto aprovado na Câmara estabelece que terá direito a funcionar, em todas as casas legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha o apoio de, no mínimo, 2% dos votos apurados nacionalmente. É preciso ainda que os votos estejam distribuídos em pelo menos um terço dos estados e que o partido eleja ao menos um representante em cinco desses estados. Não são computados no cálculo os votos brancos e nulos.

Para Eduardo Azeredo, há ainda muitos pontos polêmicos a serem discutidos, como a montagem da lista de candidatos por partido, mas questões como a fidelidade partidária e a cláusula de desempenho são fundamentais.

– Só assim teremos partidos com mais representatividade.

O senador informou também que apresentou requerimento ao Ministério do Planejamento pedindo informações sobre a construção do ramal ferroviário que vai ligar Pirapora a Unaí, em Minas Gerais.



CONTROLE Fidelidade partidária é ponto indispensável entre as novas regras, defende Eduardo Azeredo



Revelação de que Arthur Wascheck emprestou R\$ 27 mil a Arlindo Molina e fez dois repasses de R\$ 1,5 mil a Joel Santos Filho dá nova pista para as investigações, considerada importante por Delcídio Amaral

Contradições marcam depoimentos de empresários na CPI dos Correios

Nenhuma motivação política, nada de tentativa de chantagem para obter vantagens para a Comercial Alvorada de Manufaturados (Coman) junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Segundo o sócio da Coman Arthur Wascheck Neto, sua intenção ao mandar gravar clandestinamente o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material (Decam) dos Correios, Maurício Marinho, era provar que o funcionário da estatal favorecia algumas empresas. A própria Coman estaria sendo prejudicada. Ele fez a declaração na sessão de ontem da CPI dos Correios.

Wascheck contou como exemplo de favorecimento patrocinado por Marinho a história da empresa Prot Line, que, após ter vencido concorrência para fornecimento de calçados para os Correios e ter apresentado produtos fora da especificação técnica, não foi punida pelas sanções previstas em contrato. Ele comparou dizendo que a Coman foi multada em R\$ 1 milhão por não ter substituído em tempo hábil algumas peças entregues com defeito. A empresa teve negados três pedidos

Delcídio diz que Velasco lança "nova luz" sobre o caso

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios, afirmou ontem, logo após o depoimento de Antônio Velasco, que as declarações do empresário, sócio de Arthur Wascheck na Comercial Alvorada de Manufaturados (Coman), foram extremamente relevantes.

– As informações dadas por ele lançaram nova luz sobre as investigações. Ele esclareceu muitas questões, principalmente no que se refere à contratação dos arapongas. Criou um espaço grande para as nossas investigações, sugerindo inclusive que esse esquema pode ir muito além dos Correios – declarou.



REVELAÇÕES Antônio Velasco (D) depõe na CPI dos Correios, observado por Delcídio Amaral (C) e Osmar Serraglio

de repactuação da dívida.

O quadro pintado pelo sócio da Coman em seu depoimento foi de que, ao contrário do que afirmou o próprio Marinho, o ex-chefe do Decam teria se tornado “o dono da situação” nos Correios. Wascheck disse que a ECT, de uma empresa que agia com rigor na verificação dos produtos que comprava, teria se transformado em uma estatal que aceitava produtos com qualidade inferior.

Empréstimo

A quebra dos sigilos bancários de Arthur Wascheck, de Antônio Velasco (o outro sócio

da Coman) e da própria Coman poderá revelar se Wascheck mentiu à CPI quando garantiu não ter conhecimento da origem dos R\$ 3 mil que foram entregues a Maurício Marinho na gravação clandestina. Enquanto Wascheck disse desconhecer de onde veio o dinheiro, Velasco revelou aos parlamentares da CPI que há cerca de dois meses seu sócio retirou duas parcelas de R\$ 1.500 que seriam para ajudar Joel Santos Filho, que estaria passando por dificuldades financeiras. Joel seria o Goldman, uma das pessoas que teriam assumido o

papel de empresário na gravação da fita para flagrar Marinho cometendo irregularidade.

Além de informar sobre os dois repasses de R\$ 1.500 que Wascheck teria feito para Joel Santos Filho, Velasco revelou que há cerca de 40 dias seu sócio emprestou R\$ 27 mil para Arlindo Molina, militar reformado que teria entregue ao deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) a gravação na qual Marinho aceita os R\$ 3 mil. Wascheck disse que mal conhecia Molina. Velasco afirmou o contrário: há mais de cinco anos os dois se conheciam.

cruzar as informações obtidas até agora e apontar as possíveis contradições. O senador informou ainda que o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), irá preparar os requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Marinho, Wascheck, Velasco e da própria Coman.

Na próxima semana, anunciou Delcídio, serão ouvidos diretores dos Correios (entre eles os de Tecnologia e de Operações, consideradas as áreas mais estratégicas da empresa), Arlindo Molina, Jairo Martins (que teria alugado a câmera que flagrou Marinho e encaminhado a gravação à revista *Veja*), Joel Santos Filho e João

Carlos Mancuso (personagens da gravação), além do deputado Roberto Jefferson. A equipe técnica da comissão de inquérito se reunirá hoje, às 10h, para definir as datas.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) chegou a sugerir que Jefferson só comparecesse à CPI após o depoimento dos outros personagens envolvidos no caso. Ela disse acreditar que “a lógica da CPI tem que ser guiada pelos fatos, de acordo com os elementos que vão surgindo”.

Outros parlamentares, no entanto, discordaram. Delcídio frisou que a agenda da próxima semana foi pautada por um acordo de líderes.



Crise política iniciada após denúncias de corrupção nos Correios e de pagamento de propina a deputados continua provocando debates em Plenário: senadores da oposição e do PT negam suposta articulação para desestabilizar o governo federal

Situação do país é grave, mas PFL não defende queda de Lula, diz ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou de “gravíssima” a situação do país, mas garantiu que seu partido não defende a queda do presidente Lula, que, a seu ver, ainda tem tempo para corrigir os rumos do governo.

– Não queremos tirar o presidente em nenhuma hipótese, mas amigos de Lula estão for-

çando sua saída com os crimes que praticam contra a nação.

Para Antonio Carlos, o país espera que saiam do governo os ministros que “têm o amargo da derrota pelo voto”. O senador lembrou que Lula conta com 36 pessoas em seu ministério e que não despachou com algumas mais do que uma vez por ano.

Ele lamentou que quadros competentes do PT tenham sido esquecidos na composição do governo. Entre esses, ele citou os senadores Eduardo Suplicy (SP), Paulo Paim (RS) e Aloizio Mercadante (SP).

Antonio Carlos questionou “com que cara” Lula viajará agora ao exterior, como presidente do país “mais corrupto

do mundo”.

– Quando o presidente acha que ninguém, igual a ele, é tão ético e moral, isso não é fruto da normalidade de consciência.

Eduardo Suplicy disse confiar que o presidente supere “a difícil situação” em que se encontra. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Mão Santa (PMDB-PI) também apartaram Antonio Carlos.



Célio Azeredo

MUDANÇA ACM afirma que sociedade deseja saída de ministros que “têm o amargo da derrota pelo voto”

Flávio Arns contesta teorias conspiratórias

O senador Flávio Arns (PT-PR) condenou possíveis manobras protelatórias do governo, do PT ou de quaisquer outros partidos políticos para impedir a investigação de denúncias de corrupção. Ele frisou que o PT não pode se deixar levar por teorias conspiratórias e disse que é preciso acabar com a discussão de que se está tentando aplicar um golpe no Brasil.

– Vejo aqui o presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo. Quem imaginaria que uma pessoa correta e valorosa como ele estaria planejando um golpe? O mesmo ocorre com o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, uma pessoa que atua com as Apaes e respeita os movimentos sociais. Ele está longe de pensar em golpe, mas está próximo de nós no desejo de apurar tudo – afirmou.

Para o senador, há apenas um caminho para o estabelecimento do clima de segurança e tranquilidade que o país merece, que é a investigação completa das denúncias, para que a sociedade saiba que tudo foi feito de maneira adequada.



Célio Azeredo

OPINIÃO Flávio Arns: “É preciso acabar com discussão de que se está tentando aplicar um golpe no Brasil”

Arns ressaltou, no entanto, que, no âmbito do governo, muitas ações de combate à corrupção estão sendo feitas, como o trabalho da Controladoria Geral da União e as investigações da Polícia Federal, iniciativas que se harmonizam com a ação da Procuradoria Geral da República e de todo o grupo do Ministério Público Federal.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que Arns representa “o que o PT tem de melhor”, sendo “um petista autêntico, comprometido

com o combate à corrupção e a transparência”. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que a sensatez das palavras de Arns tranquilizou os tucanos, que estavam revoltados com as acusações de golpismo e de tentativa de subverter a ordem política do país que lhes foram feitas por integrantes do PT. Ele garantiu que o PSDB tem compromisso com a normalidade democrática.

Sibá Machado (PT-AC) afirmou que o PT está empenhado em defender a democracia, que conseguiu “a duras penas”. João Batista Motta (PMDB-ES) lembrou que outras correntes políticas também trabalharam para a normalidade democrática. Cristovam Buarque (PT-DF) disse que as críticas servem para que o governo descubra seus erros e possa corrigi-los.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) elogiou Arns, dizendo que ele representa o verdadeiro PT, com o qual o PSDB terá todo o interesse em trabalhar. Para Mão Santa (PMDB-PI), o presidente Lula somente deveria dar “cheque em branco” ao senador Arns.

Sibá desafia Jefferson a mostrar provas

Em discurso no Plenário, o senador Sibá Machado (PT-AC) desafiou ontem o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) a mostrar provas de corrupção no PT, para que o partido possa punir os responsáveis. Ele argumentou que a oposição tentou mostrar que o governo era incompetente, mas não conseguiu, e agora quer incriminar o partido por corrupção.

Sibá, em defesa do governo e do PT, respondeu positivamente ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sobre se daria um cheque em branco ao ministro da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica do Governo, Luiz Gushiken.

Para o senador, o depoimento de Maurício Marinho na CPI dos Correios mostrou como único elemento objetivo o próprio investigado receber R\$ 3 mil e colocar a empresa e o PT sob suspeição, “sem apresentar nomes, provas e fatos concretos”.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que Marinho agiu segundo o princípio de que a melhor defesa é o ataque e passou a atacar a todos. Mão Santa (PMDB-PI) também apartou Sibá.

DEMORA Colegiado que visa combater corrupção nunca foi instalado, critica Alvaro Dias

Alvaro Dias pede reunião urgente de conselho

O presidente Lula foi cobrado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a convocar imediatamente uma reunião do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção, para debater denúncias de irregularidades apresentadas nos últimos dias.

Falando em nome da liderança de seu partido, Alvaro Dias relatou que um pedido para a realização de reunião do conselho foi encaminhado há poucos dias ao ministro Waldir Pires, da Controladoria Geral da União, pela organização não-governamental Transparência Brasil. Criado em 2003 por decreto presidencial, mas nunca instalado, o conselho é composto por representantes de organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

– Diante desses deploráveis acontecimentos que revelam o modelo de relação promíscua entre o Executivo e o Legislativo, nada mais correto do que usar os instrumentos disponíveis para combater o mal e punir os responsáveis – sustentou.



Roosevelt Pinheiro

TRANSPARÊNCIA Mozarildo quer abertura de informações bancárias de servidores e autoridades

Mozarildo propõe quebra de sigilo

Quebrar o sigilo bancário de todos os servidores públicos e autoridades. É o que determina projeto de lei apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A matéria também prevê a quebra do sigilo de instituições – inclusive empresas – que estejam envolvidas com recursos públicos. Ontem, no Plenário, o parlamentar decla-

rou que “é preciso uma lei que proteja os recursos públicos”.

– O projeto prevê que qualquer funcionário público terá seu sigilo bancário aberto à Receita Federal, seja ele concursado, comissionado ou terceirizado. E isso irá se aplicar inclusive aos funcionários eleitos, como nós, senadores, ou o presidente da República.



Célio Azeredo

JOGO Sibá: oposição quer incriminar PT depois de fracasso para mostrar o governo como incompetente



Líderes partidários decidem não instalar de imediato três CPIs: dos Bingos, do Waldomiro Diniz e das Privatizações. Governo e oposição consideram prudente acompanhar por algum tempo o desenrolar das CPIs dos Correios e do Mensalão

Oposição é democrática e PT deve "criar juízo", diz Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que, na reunião de líderes realizada ontem, os integrantes dos partidos opositores pediram aos representantes governistas que reconheçam o caráter democrático da oposição brasileira.

Arthur Virgílio reiterou sua vontade de esclarecer, de uma vez por todas, que a defesa da apuração de denúncias de corrupção "não é golpismo". Conforme o senador, faltam figuras ponderadas e com capacidade de articulação no governo e no PT. Virgílio pediu que o PT "crie juízo", para que as atuais dificuldades não tragam grandes prejuízos ao partido e ao governo.



COMPROMISSO Segundo Virgílio, Executivo está desarticulado, mas tem o dever de governar o país

Ele criticou o fato de militantes petistas terem ocupado a galeria da Câmara dos Deputados nessa quarta-feira, com bandeiras vermelhas, na ocasião do discurso de retorno de José Dirceu. Segundo Virgílio, o quadro político ameaça a governabilidade e, mesmo assim, o Executivo apresenta uma "postura inconsequente perante a crise".

Para Virgílio, o Poder Executivo está desgovernado e desarticulado, mas tem dois deveres: governar o Brasil e permitir que as investigações sobre corrupção avancem. O senador reiterou o compromisso de apoiar a criação da CPI das Privatizações, da qual disse que fará parte.

Mercadante anuncia decisão dos líderes de limitar CPIs

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou a decisão unânime do colégio de líderes de não instalar de imediato as CPIs dos Bingos, do Waldomiro Diniz e das Privatizações. Mercadante saudou a "postura madura" da oposição no encontro, que, a exemplo dos governistas, teria considerado pertinente acompanhar por algum tempo o desenrolar da CPI dos Correios, assim como da CPI do Mensalão.

O petista lembrou que já estão em andamento no Congresso três CPIs mistas: dos Correios, da Terra e da Emigração Ilegal. Se mais uma investigação parlamentar fosse iniciada agora, alguns



ESPERA Mercadante revela que CPIs dos Bingos, do Waldomiro e das Privatizações não serão instaladas já

senadores teriam de se dividir entre duas comissões, situação que considera inadequada. Após analisar essas circunstâncias, governo e oposição teriam concordado apenas em indicar os membros das três novas CPIs, cujo funcionamento foi determinado pelo STF.

Mercadante contestou reportagem do *Correio Braziliense* que o teria acusado de sugerir, em reunião de líderes, blindagem de parlamentares e comentar lista de eventuais cassações na Câmara. Em apartes, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) sustentaram que Mercadante não falou de blindagem ou cassação.

Senadores do governo e da oposição defendem governabilidade

A governabilidade e a possível tentativa de desestabilizar o governo com denúncias e investigações foram ontem temas de debates no Plenário. Aloizio Mercadante (PT-SP) leu trechos de um discurso proferido em 2001 pelo então deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), em que ele fazia conjecturas sobre um possível governo do PT, afirmando que, na Presidência, o partido não contaria com uma grande base no Congresso e enfrentaria diversas solicitações de investigação, o que poderia resultar no pedido de

afastamento do presidente.

Mercadante saudou o líder do PSDB por repelir o golpismo e sustentou que o excesso de CPIs poderia ser uma estratégia para desestabilizar o governo.

– Naquela época eu chamei a atenção para os perigos do denunciamento – explicou Arthur Virgílio, ressaltando que não considera que as denúncias de corrupção sejam fruto de denunciamento. Ele disse esperar que a governabilidade não seja ameaçada.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) garantiu

que a oposição não quer a saída do presidente Lula e observou que "há uma intenção de misturar as denúncias que indicam para uma corrupção generalizada no governo federal com a tentativa de desestabilização do governo". Para Jereissati, há indícios do que ele chamou de "chavização" da política brasileira, argumento também defendido por Arthur Virgílio.

Segundo Jereissati, a interpretação feita pela CUT e pelo MST de que "setores conservadores" pretendem derrubar o presidente da República e o

chamado aos movimentos sociais feito pelo deputado José Dirceu (PT-SP) para que manifestem repúdio à desestabilização do governo são mostras dessa "chavização".

Mercadante rechaçou as idéias de "chavização" e de que haja "corrupção sistêmica". De acordo com ele, há hoje a sensação de haver mais corrupção porque ela está sendo mais combatida.

Para Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o discurso de Arthur Virgílio feito em 2001 foi um alerta para que o PT agisse para "sobreviver cada vez mais forte".

José Jorge pede a Lula que ajude investigações

José Jorge (PFL-PE) aconselhou o presidente Lula a não defender, no discurso que faria ontem, pessoas que estão sendo acusadas de corrupção. Para o senador, não seria bom que o presidente "pusesse em risco sua credibilidade política", que ainda é alta, com uma estratégia de resultados duvidosos.

José Jorge reivindicou que o governo e o presidente Lula passem a colaborar, de fato, nas investigações de corrupção. Como lembrou o senador, o Executivo combateu, a princípio, a instalação



ESTRATÉGIA Para José Jorge, presidente da República não deve pôr em risco sua credibilidade

da CPI dos Correios e, quando não foi mais possível impedi-la, "manobrou para ficar com os postos de presidente e de relator".

José Jorge afirmou ainda que o depoimento do ex-chefe de departamento da ECT Maurício Marinho foi extremamente útil, porque traçou um roteiro para a investigação na

estatal – a começar pelas ligações do setor de Marketing e Publicidade com o secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, e com Marcos Valério, da agência DNA.

Heráclito diz que o PT não assume seus erros

Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou o PT por envolver o presidente Lula nas denúncias de corrupção.

– O PT faz besteira e corre para debaixo da saia do presidente Lula – disse o senador.

Heráclito sugeriu ao PT que pare de atribuir ao governo as ações do Ministério Público e da Polícia Federal, como a Operação Curupira. Na sua opinião, essa atitude deixa mal o Executivo e coloca suspeitas sobre a atuação daqueles órgãos.

– Foi o governo do PT que mandou



CRÍTICA "O PT faz besteira e corre para debaixo da saia do presidente Lula", afirma Heráclito Fortes

prender os donos da Schinchariol? O PT precisa ter coerência com o que diz – afirmou.

O senador ressaltou ainda que não há nenhuma crise de grandes proporções no Brasil que não tenha por trás a disputa eleitoral pelo governo de São Paulo. Para ele, o tumulto ocorrido no Plenário da Câmara dos Depu-

tados durante o discurso de retorno do deputado José Dirceu (PT-SP) começou quando o ex-chefe da Casa Civil assegurou que reassumiu o mandato porque queria ser governador de São Paulo.



Requerimento para criação da CPI dos Bingos deverá ser lido na sessão de quarta-feira, segundo revela o presidente do Senado, Renan Calheiros. Integrantes da comissão já foram definidos

Anunciados nomes da CPI dos Bingos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou os nomes dos senadores que comporão a CPI dos Bingos. Por decisão dos líderes, contudo, a CPI não deverá iniciar suas atividades imediatamente. (Ver página 5). A CPI havia sido arquivada, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a minoria tem o direito de investigar o governo por meio de CPIs e o presidente do Senado, que preside o Congresso Nacional, fica obrigado a indicar os membros caso as lideranças partidárias não o façam.

– As circunstâncias políticas mudam e se não retirarmos o presidente do Senado da circunstância política, será muito ruim. Tantos quantos requerimentos me sejam apresentados terão o mesmo tratamento.

Renan disse que mesmo sen-

do pessoalmente contrário à criação de CPI no Senado para investigar a quebra de decoro de deputados, encaminhará da mesma maneira o requerimento da CPI Mista do Mensalão.

– Eu não tenho outra coisa a fazer senão, na quarta-feira, como combinei com os líderes, mandar ler [o requerimento] na sessão do Congresso, mantendo a coerência com o encaminhamento adotado anteriormente – assinalou.

Renan afirmou que tudo precisa ser investigado, manifestando sua discordância com aqueles que acreditam que a investigação atrapalha o funcionamento do Senado.

– Nós vamos, na prática, comprovar que dá para compatibilizar o funcionamento do Congresso e do Senado com qualquer investigação.

Quem integra a nova comissão

São os seguintes os senadores indicados pelos líderes partidários para integrar a CPI dos Bingos:

PSDB-PFL

Titulares
Romeu Tuma (PFL-SP)
Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
Efraim Morais (PFL-PB)
Almeida Lima (PSDB-SE)
Leonel Pavan (PSDB-SC)

Suplentes

Paulo Octávio (PFL-DF)
Demostenes Torres (PFL-GO)
Alvaro Dias (PSDB-PR)

PMDB

Titulares
Luiz Otávio (PMDB-PA)
Wirlande da Luz (PMDB-RR)
Maguito Vilela (PMDB-GO)
Ney Suassuna (PMDB-PB)

Suplentes

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Valdir Raupp (PMDB-RO)



Bloco de apoio ao governo PT-PSB-PL

Titulares

Paulo Paim (PT-RS)
Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Fátima Cleide (PT-RO)
Magno Malta (PL-ES)
Juvêncio da Fonseca (PDT-MS)
Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

Suplentes

Sibá Machado (PT-AC)
Tião Viana (PT-AC)
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

PSOL

Caso tenha vaga, será indicado o senador Geraldo Mesquita (PSOL-AC).

Heloísa lamenta adiamento de instalação

A líder do PSOL, Heloísa Helena (AL), lamentou o adiamento da instalação de duas comissões parlamentares de inquérito, a dos Bingos e a das Privatizações. Na avaliação da senadora, essa decisão passa para a opinião pública a sensação de que existe “uma troca dos crimes do governo passado pelos crimes do atual governo”.

Heloísa classificou como



CONSEQÜÊNCIA Heloísa diz que opinião pública pode ficar com sensação de “troca dos crimes”

“cinismo e dissimulação” o fato de as lideranças do governo federal só agora falarem sobre corrupção no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Mão Santa vê "crescimento do espetáculo"

Em vez do espetáculo do crescimento anunciado pelo presidente Lula, o país vem experimentando, segundo o senador Mão Santa (PMDB-PI), o crescimento do espetáculo. Citou, em primeiro lugar, o “espetáculo do desemprego”, que afeta 20,6% da população economicamente ativa.

Em seguida, disse, vêm o “espetáculo da concentração de renda” – a renda dos 10% de



AVALIAÇÃO Mão Santa contradiz afirmação de Lula de que o país teria crescimento econômico espetacular

brasileiros mais pobres caiu 6%, enquanto a dos 10% mais ricos cresceu 3% –, o “espetáculo da mordomia deslumbrada” e o do “empreguismo”.

Capiberibe: CPI funciona sem parar Congresso

João Capiberibe (PSB-AP) afirmou ontem que está otimista porque constatou que é possível o funcionamento de CPI mista sem a paralisação das atividades do Congresso. Ele citou, como exemplo, a aprovação do texto da reforma política, pela Câmara, que, segundo ele, é uma resposta importante para a crise pela qual o Brasil está passando.



EXPECTATIVA Para Capiberibe, “a reforma política vai acabar com o voto nominal, o balcão de negócios”

– A reforma política vai acabar com o voto nominal, que é o balcão de negócios da política – observou Capiberibe.

Flexa Ribeiro lê artigo sobre “bravatas” de Lula

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) leu artigo de Clóvis Rossi publicado na *Folha de S. Paulo* sob o título “Bravata ontem, bravata hoje”, no qual o jornalista pergunta em que mundo vive o presidente da República “que o torna capaz de autoproclamar-se o campeão brasileiro (ou talvez mundial) da ética?”.

Clóvis Rossi faz perguntas sobre a ética de Lula em todos os seis parágrafos do artigo. “É ético fazer carreira política



DÚVIDAS Flexa Ribeiro destaca artigo em que Clóvis Rossi questiona ética do presidente Lula

à base de bravatas, como já confessou uma vez e repetiu anteontem no discurso em que se concedeu o título de o mais ético dos brasileiros?”, questiona o jornalista.

Oposição só vota LDO se CPI atuar em julho

Líderes do PSDB e do PFL só aceitam votar nos próximos dias o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 se os presidentes do Senado e da Câmara e os líderes governistas concordarem que a CPI dos Correios funcione em julho, mês de recesso parlamentar. Caso não aceitem, as oposições pretendem obstruir a votação da LDO, o que impediria o recesso do Congresso.

A comunicação das oposições já foi feita aos governistas, conforme o líder do PP na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Ricardo Barros. O governo tem maioria na comissão, o que lhe permitirá aprovar a LDO, mas enfrenta dificuldades para mobilizar seus aliados para a votação.

O relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), já está com seu parecer praticamente concluído, o que possibilitaria sua votação. Com acordo, o projeto da LDO poderia ser votado pelo Plenário do Congresso na quarta-feira.

Deputados de Rondônia negam “mensalão”

Os cinco deputados estaduais que prestaram depoimento ontem à comissão especial externa do Senado que investiga denúncias de corrupção em Rondônia negaram receber quantia mensal de R\$ 20 mil do governador do estado, Ivo Cassol (PSDB), em troca de apoio político. Em gravações exibidas na quarta-feira pela TV Bandeirantes, o governador de Rondônia afirma ter pago aos deputados o chamado “mensalão”. O mesmo foi dito pelo deputado estadual Ronilton Capixaba (PL) em depoimento feito à comissão do Senado na semana passada.

Todos os parlamentares ouvidos disseram ter interpelado judicialmente o deputado Ronilton Capixaba e informaram que devem fazer o mesmo com o governador. O deputado estadual Beto do Trento (PSDB), que afirmou ser da base governista, admitiu já ter se reunido com Ivo Cassol na casa deste. Ele explicou ainda que depois das eleições de 2004 as relações entre os deputados e o governo “desandaram”.

Paulo Octávio vê ganhos na reunião com países árabes

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou ontem um balanço da Cúpula América do Sul – Países Árabes, realizada em Brasília no mês passado. Segundo ele, a iniciativa resultará no aprimoramento das relações comerciais e favorecerá os entendimentos diplomáticos entre o Brasil, as nações árabes e os países latino-americanos.

– A reunião abriu um leque de perspectivas otimistas e poderá elevar os valores da balança comercial brasileira e aumentar o fluxo de turistas estrangeiros ao território brasileiro – ressaltou.



AVANÇOS Cúpula América do Sul – Países Árabes trará benefícios ao Brasil, resalta Paulo Octávio

Paulo Octávio também destacou as discussões ocorridas no encontro empresarial realizado paralelamente à cúpula, que reuniu mais de 1.200 empresários.

– As conclusões mostram o esforço da classe empresarial e de instituições de vários segmentos em prol de uma crescente integração – concluiu.

tentando derrubar liminar expedida pela Justiça do estado do Espírito Santo que permite o funcionamento da empresa de chocolates Garoto. O senador explicou que a empresa está produzindo sob liminar, pois, mais de dois anos após a venda da fábrica à Nestlé, o Cade vetou a negociação.

Segundo o parlamentar, a Garoto detém cerca de 80% do mercado nacional de chocolates e gera muitos empregos no Espírito Santo. Para Motta, é incompreensível a intenção do Cade de atrapalhar uma empresa eficiente.

– Torço para que a Justiça dê ganho de causa ao Cade, tirando a empresa de um grupo suíço e a colocando nas mãos de americanos. Por certo, chegaremos a mais uma CPI – observou o senador.



VETO Conselho tenta derrubar liminar que permite funcionamento da empresa, diz João Batista Motta

Motta condena Cade por atuar contra a Garoto

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) comunicou ontem em Plenário que, segundo informações da imprensa, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) está

Malta: governo deve dar atenção à base aliada

Ao falar pela liderança do PL em Plenário, o senador Magno Malta (ES) protestou contra o descaso de alguns ministros para com os parlamentares da base do governo. Como exemplo, informou que a bancada federal do estado do Espírito Santo nem sequer foi comunicada sobre a solenidade de assinatura da criação de sete cursos no *campus* universitário na cidade de São Mateus.

– Senadores e deputados ficaram sabendo do ocorrido pela imprensa. Isso é um absurdo para quem dá apoio ao governo no Congresso – salientou. Mag-



"ABSURDO" Parlamentares do ES não foram convidados para evento no estado, protesta Magno Malta

no Malta enalteceu, no entanto, a iniciativa do ministro da Educação, Tarso Genro, de estender a decisão aos municípios do sul do estado do Espírito Santo.

O senador aproveitou a oportunidade para voltar a pedir a aprovação, pelo Congresso, da proposta de emenda à Constituição que ameniza os efeitos da reforma da Previdência.

Unesco divulga livro sobre mortes por armas de fogo

Publicação, que reúne índices da violência no Brasil, será lançada segunda-feira, na Presidência do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o representante da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – no Brasil, Jorge Werthein, com quem conversou sobre as mortes provocadas por armas de fogo no país. Werthein deixou a Casa informando que, na segunda-feira, às 11h, lançará no gabinete da Presidência do Senado um livro editado pela Unesco com dados recentes sobre esse tipo de violência.

– Com a publicação, vamos mostrar o impacto dos números que registram mortes por arma de fogo entre a população adulta e jovem de 15 a 24 anos. E mostrar também uma comparação entre as mortes no Brasil, resultantes de homicídios praticados com armas de fogo, e as mortes em outros países do mundo, em conflitos armados diversos – afirmou ele.

Segundo Jorge Werthein,



APOIO Em visita à Presidência do Senado, o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein (E), defendeu a proibição ao comércio de armas no país

Renan lhe informou sobre os esforços que está realizando junto ao presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, para que o projeto, que visa à realização de um referendo sobre a proibição da comercialização de armas e munições no Brasil, seja examinado na próxima semana. Werthein se disse convencido da “possibilidade concreta” da votação rápida dessa matéria.

– Eu prometi todo o apoio possível, como já venho dando, como representante da Unesco. E combinei com o presidente divulgar aqui o estudo mais recente por nós realizado, que havia sido soli-

citado por ele e pelo ministro da Justiça. São as informações mais contemporâneas sobre as mortes por arma de fogo no Brasil – observou.

Jorge Werthein ressaltou que a publicação mostrará a “tremenda necessidade que o Brasil tem de dizer não à livre comercialização das armas de fogo e dizer sim ao desarmamento”.

Ao divulgar a obra, Werthein destacou que o livro registra índices de morte por violência entre 1979 e 2003. “Vamos mostrar o impacto dos números quando se comparam as mortes por armas de fogo com as mortes por doença no Brasil”.

Renan assiste à posse de dirigente da ACRJ

O presidente do Senado, Renan Calheiros, viaja hoje para assistir à posse do empresário Olavo Monteiro de Carvalho na presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). O evento acontece no Teatro Municipal, às 11h.

Também estarão presentes, entre outras autoridades, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar; a governadora e o vice-governador do Rio, Rosinha Matheus e Luis Paulo Conde; os governadores de Minas Gerais e do Espírito Santo, Aécio Neves e Paulo Hartung; o presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Jorge Picciani; o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ); e o deputado Francisco Dornelles (PP-RJ), representando o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti.

Paim defende greve de funcionários públicos

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem o movimento grevista dos funcionários públicos federais como “legítimo para forçar um processo em busca dos seus direitos”. Segundo o parlamentar, é preciso também “olhar com carinho” o movimento das mulheres dos militares, que objetiva aumentar o soldo dos seus maridos, e o movimento dos aposentados, cujos salários acumulam uma defasagem de mais de 60%.

– Ninguém faz greve porque gosta. É um movimento de pressão natural no processo democrático e visa pressionar o governo na busca de entendimento. Já conseguimos fazer com que o salário mínimo ultrapasse os US\$ 100, mas, se o ideal é que ele chegue aos R\$ 500, vamos continuar trabalhando. Se o povo tem poder de compra, vai estimular a economia – afirmou.



REAJUSTE Paim também foi solidário ao movimento para o aumento de soldo dos militares

Paim pediu também a transcrição, nos Anais do Senado, da decisão do juiz federal Cândido Alfredo Leal Júnior, da Vara Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre, que garantiu a posse aos “legítimos ocupantes” de uma área em Três Filgueiras. O local, conhecido como Associação do Kilombo da Família Silva, é ocupado, há mais de 60 anos, por 11 famílias remanescentes de quilombos.

Antônio Leite cobra hospital em Imperatriz

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) apelou ao Ministério da Saúde para que garanta o repasse das verbas necessárias à construção de um hospital do câncer em Imperatriz, no Maranhão, e que prorogue o prazo de vencimento do protocolo de intenções que prevê a implantação da obra. Segundo ele, as autoridades ainda não cumpriram as recomendações técnicas feitas há dois anos pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), enquanto a população do sul do estado sofre com a inexistência de um centro especializado no tratamento da doença na região.

Segundo o senador, a construção de mais um centro de tratamento do câncer é necessária, pois a única unidade existente no estado – o Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon), em São Luís – vive congestionada pela alta demanda e não tem condições de atender todos os doentes.



NECESSIDADE Antônio Leite explica que população só dispõe de um centro para tratamento de câncer

Suassuna exalta festividades juninas no país

As festas de São João realizadas durante os meses de junho e julho em todo o Brasil e, especialmente, na região Nordeste do país foram lembradas pelo senador Ney Suassuna (PMDB), ontem no Plenário do Senado. Suassuna, nascido em Campina Grande (PB), destacou que essa cidade promove “o maior São João do mundo”, que este ano estende-se de 3 de junho a 3 de julho. O parlamentar desejou a todos os nordestinos, em especial, e a todos os brasileiros, felicidades nas festas.



REDUÇÃO Substitutivo aprovado na CAS estabelece em 7,65% do salário mínimo a contribuição das donas-de-casa

Dona-de-casa pode ter cobertura da Previdência

Projeto que institui nova categoria foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e vai ao Plenário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo a projeto da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) que concede cobertura previdenciária a donas-de-casa. O PLC 25/04 altera as Leis 8.212 e 8.213, ambas de 1991, instituindo uma nova categoria para a Previdência Social – a de segurado de sociedade conjugal ou união estável, na qual estão incluídas, sobretudo, donas-de-casa que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico.

O relator da matéria, senador Augusto Botelho (PDT-RR), argumenta em seu substitutivo que a inclusão das donas-de-casa no âmbito da Previdência representará um grande passo na sustentação da renda e no combate à pobreza.

– Sem a medida, muitas brasileiras irão pressionar por aumento de gastos públicos em programas assistenciais quando chegarem à velhice, e vão ainda reduzir a renda de suas famílias – explicou.

O substitutivo apresentado por Augusto Botelho visou diminuir o valor da contribuição previdenciária de R\$ 60, ou 20% do salário mínimo, constante do projeto original. Tal valor, segundo ele, acarretaria um ônus pesado a famílias de bai-

xa renda. Ele sugeriu R\$ 22,95 – aplicação de uma alíquota de 7,65% sobre o valor do salário mínimo – para a faixa de renda de até dois salários. A alíquota de 20% foi mantida para remuneração superior a dois salários mínimos. O projeto vai agora ao Plenário.

Teste do pezinho

A CAS aprovou ainda requerimento de Flávio Arns (PT-PR) para realização de audiência que discutirá o tratamento da doença de fibrose cística, identificada através do teste do pezinho. Deverão ser convidados um médico especialista, um parente de pessoa com fibrose cística, um representante do Ministério da Saúde e outro do Ministério Público. A audiência deve ser realizada quarta-feira.

PEC Paralela deve sofrer nova mudança

Na quarta-feira, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) vai apresentar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu parecer sobre a emenda paralela da Previdência (PEC 77A/03). Ele se mostrou sensibilizado nas últimas horas com o apelo de 20 governadores contra uma modificação feita na PEC pelos deputados, a qual submete os salários dos delegados de polícia, advogados e agentes fiscais dos estados ao teto salarial do Poder Judiciário.

Os governadores argumentam que a alteração colocará em risco as finanças estaduais. A própria PEC Paralela determina que, nos estados, nenhum servidor do Executivo poderá ganhar mais que o governador, cujo valor tem de



APELO Relator na CCJ, Tourinho pode atender governadores e reduzir teto salarial de delegados

ser aprovado pela assembleia estadual.

Já o teto do Judiciário estadual está vinculado ao maior salário possível no serviço público brasileiro – o de ministro do Supremo Tribunal Federal, fixado hoje em R\$ 19.115. Se a mudança feita pelos deputados for aprovada, delegados,

advogados e agentes fiscais dos estados teriam um teto de R\$ 17.251. Entre os governadores que fizeram pedidos contra a mudança estão Geraldo Alckmin (SP), Aécio Neves (MG), Germano Rigotto (RS), Lúcio Alcântara (CE), Paulo Souto (BA) e Jarbas Vasconcelos (PE).

Também se declararam contra o benefício entidades como o Conselho Nacional dos Dirigentes dos Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev) e o Conselho Nacional dos Secretários de Administração (Consad). Segundo a Consad, as alterações aprovadas pelos deputados “praticamente extinguem o ganho fiscal que os regimes próprios de previdência conseguiram com a aprovação da reforma previdenciária de 2003”.

Subcomissão da Igualdade Racial realiza audiência

A ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e o presidente da Fundação Palmares, Ubiratan Castro, deverão ser ouvidos em audiência pública na Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão, de acordo com requerimento do presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado ontem. No encontro, marcado para quinta-feira, eles vão debater os temas “Estatuto da Igualdade Racial”, “Dia da Consciência Negra” e “Negro na Mídia”.

A data da audiência, informou Paim, coincide com o início da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que será realizada em Brasília e prosseguirá até o dia 2 de julho.



GRATUIDADE Cursos superiores em Guaraí e Colinas não devem ser pagos, defende Nezinho Alencar

Nezinho propõe a federalização de faculdades

O senador Nezinho Alencar (PSB-TO) propôs ontem que as instituições de ensino superior dos municípios de Guaraí e Colinas, no Tocantins, sejam federalizadas. Sem a medida, disse, os alunos não poderão frequentar as faculdades, devido ao preço das mensalidades.

O parlamentar contou que as faculdades desses municípios foram, no passado, vinculadas à Universidade do Tocantins, que é pública. Ele disse que isso mudou quando o governo do estado concentrou os cursos na capital, Palmas, o que levou à municipalização das instituições de Guaraí e Colinas.

– As prefeituras se tornaram mantenedoras das faculdades, depois transformadas em fundações, que começaram a cobrar dos alunos – explicou.